



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Movimentos Sociais e Participação Social

**Algumas considerações sobre a Universidade na
sociedade de classes**

Leonardo Moraes da Silva¹
Evaristo Emigdio Colmán Duarte²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apontar alguns aspectos para contribuir com a reflexão acerca da Universidade na sociedade de classes. Para isto, parte do princípio de que esta instituição é condicionada pelo modo de produção historicamente determinado para, então, abordar a Universidade de forma indissociável das determinações da dinâmica da produção e da luta de classes.

Palavras-chave: Universidade; Modo de produção; Luta de classes.

Abstract: This work aims to point out some aspects to contribute to the reflection about the University in the society of classes. To this end, it assumes that this institution is conditioned by the historically determined mode of production in order to approach the University in an inseparable way from the determinations of the dynamics of production and the class struggle.

Keywords: University; Production mode; Class struggle.

I- INTRODUÇÃO

Com a superação do feudalismo através do processo revolucionário protagonizado pela burguesia em ascensão nos países avançados, consolida-se o novo modo de produção capitalista e, em consequência, legitima-se também a nova Universidade burguesa. A partir daí, todas as instâncias educacionais e, a própria ciência, passam a imbricar-se, efetivamente, à dinâmica da produção orquestrada pelas relações capitalistas que, naquele período histórico, representavam a libertação das forças produtivas que há muito tempo estavam aprisionadas pela ordem feudal.

No entanto, a relação capitalista de produção – fundamentada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado – logo passou a se

¹ Doutorando no programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina – UEL (Email: leonardomoraes.as@gmail.com).

² Professor Doutor no Departamento de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina - UEL (Email: colmanevaristo4@gmail.com).



configurar, assim como as relações produção feudais anteriormente, como entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas. A partir daí o capitalismo se contorce em crises periódicas ocasionadas pela superprodução e pela constante centralização da produção e da riqueza. Tal fato materializa-se não só na estagnação, mas na constante destruição das forças produtivas, principal expressão da crise estrutural deste modo de produção. Este fenômeno transforma a burguesia – que anteriormente desempenhou um papel revolucionário no processo de evolução das forças produtivas – em uma classe conservadora e reacionária.

A Universidade burguesa, por sua vez, não se desenvolve alheia de todo este processo, pelo contrário, é reconfigurada no seio da luta de classes, submetendo-se às exigências do capitalismo em todos os seus estágios até a contemporaneidade. Por conseguinte, este breve texto – fundamentado no princípio de que o modo de produção da vida material condiciona as relações sociais – tem como objetivo apontar alguns aspectos gerais para contribuir com a reflexão acerca da Universidade na sociedade de classes.

I- UNIVERSIDADE E LUTA DE CLASSES

A teoria marxista demonstra que a luta de classes se constitui enquanto a grande força propulsora do movimento histórico da sociedade. Ao analisar a sociedade burguesa e aquelas que a antecederam, Marx e Engels (2008) identificaram que todas as lutas históricas travadas no âmbito político, filosófico, religioso, ou em qualquer outro campo ideológico, são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida da luta entre classes sociais.

Esses autores afirmam que a luta de classes sempre se deu de forma ininterrupta, “ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito” (ENGELS; MARX, 2008, p. 8). Entretanto, torna-se importante destacar que o terreno da luta de classes só pode ser compreendido em sua base material, isto é, nas relações de produção que regem a sociedade. Dessa forma,

[...] primeiramente a produção e, em seguida, a troca dos produtos, formam a base de toda ordem social. Esses dois fatores determinam, em toda sociedade histórica, a distribuição das riquezas e, por conseguinte, a formação e a hierarquia das classes que a compõem (ENGELS, 2011, p. 77).

Nesse sentido, o sistema de produção – compreendendo aqui as forças produtivas, ou seja, os meios de produção e a força de trabalho – em dada sociedade e



todas as leis econômicas que emanam dele, formam a infraestrutura de toda sociedade. Assim, a constituição das classes de uma sociedade, a hierarquia e o antagonismo que permeiam a relação entre elas, são, por conseguinte, produtos do modo de produção historicamente determinado.

Não obstante, a totalidade dessas relações de produção constitui o alicerce sobre o qual se ergue o que Marx (2008) denominou de superestrutura jurídica e política. À tal superestrutura correspondem distintas instituições (Estado, escola, igreja, etc.) que expressam as relações sociais (direito, política, ideologia, educação, etc.) características da forma específica da produção e, conseqüentemente, da classe economicamente dominante. Dessa maneira,

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. [...] O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 2008, p.47).

Dessa forma, as instituições que compõem superestrutura de toda sociedade não se encontram desarraigadas de sua base material; ao contrário, carregam em sua essência o caráter do modo de produção e da classe social cuja base econômica estabelece como dominante. Em conseqüência, tais instituições – e todo aspecto ideológico, político e intelectual que emanam delas – exprimem, majoritariamente, os interesses da classe economicamente dominante que, graças a essas instâncias que constituem a superestrutura, legitima-se também socialmente como classe politicamente dominante.

Torna-se importante destacar que na sociedade primitiva, onde ainda não havia divisão de classes, a educação era uma atividade desenvolvida sob a responsabilidade e interação de todos os seus componentes. Sobre este aspecto, Neto (2014, p. 15) destaca que,

[...] é possível afirmar que na sociedade primitiva, a educação emergiu como um complexo quase que espontâneo e não como uma atividade deliberadamente posta, visando resguardar os interesses privados de uma determinada classe social. E do mesmo modo que os indivíduos aprendiam a falar e a comunicarem-se uns com os outros, os indivíduos também desenvolviam o conjunto dos elementos fundamentais à reprodução das relações sociais existentes. Embora esteja relacionada às atividades teleológicas que visam incidir sobre o comportamento dos outros homens, a educação brota do trabalho enquanto processo de interação do homem com a natureza.

Dessa forma, inexistia nos primórdios da humanidade uma instituição específica empenhada em realizar tarefas referentes à educação e produção do conhecimento; a



interação coletiva, fruto da vivência comunal, era a própria produtora do processo pedagógico dos indivíduos sociais.

Devido ao desenvolvimento e aprofundamento da relação entre os indivíduos com a natureza através do trabalho – em que o homem gradativamente aperfeiçoa seus instrumentos de controle e dominação sobre a natureza – surge a agricultura e a pecuária como expressões primárias da evolução das forças produtivas (ENGELS, 2014). Por conseguinte, os indivíduos passam a produzir mais do que o necessário para a reprodução de sua existência, gerando um excedente econômico e, posteriormente, a divisão da sociedade em classes para que uma delas se aproprie de modo desigual de riquezas produzidas.

Com a divisão da sociedade em classes, a educação deixa de ser uma atribuição do conjunto da comunidade para se tornar uma tarefa específica de um grupo de indivíduos, funcionando como mecanismo de reprodução e manutenção da dominação de classes. Em outras palavras,

Além da apropriação do conhecimento produzido pela sociedade, a educação é um esteio fundamental de justificação da apropriação do excedente produzido pelo trabalho de seus produtores. Este é o prelúdio da educação que perpassa a sociedade de classes. Ela configura-se claramente à proporção que os indivíduos são capazes de produzir mais do que o necessário para a reprodução de sua existência. A necessidade de um sistema de códigos e pressupostos axiológicos que justifique a apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores está na base da educação como uma atividade cindida e contraposta aos interesses das classes que produzem o conteúdo da riqueza material da sociedade (NETO, 2014, p. 29).

Nota-se que a educação perde o caráter de integração quase que espontâneo da totalidade social para servir aos interesses específicos de determinada classe, passando a configurar-se enquanto instrumento de legitimação da hierarquização da sociedade posta pelas determinações da produção.

Neste sentido, a Universidade – compreendida aqui, como afirma Neto (2014), enquanto “laboratório da educação superior” – nasce como parte integrante da superestrutura da sociedade de classes. Conforme aponta Chauí (2001, p. 35),

[...] é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.

Por conseguinte, de acordo com Tragtenberg (2009, p. 1),

Ela não é uma instituição neutra; mas sim de classe, onde as contradições aparecem. Para obscurecer esses fatores, a Universidade desenvolve uma ideologia de saber neutro, científico, uma neutralidade cultural e um mito de saber “objetivo” acima das contradições sociais.



Nessa perspectiva, desde sua origem, tal instituição atua não apenas como propagadora da ideologia condizente com o modo de produção estabelecido, mas também como instrumento direto na luta de classes no âmbito das forças produtivas, acompanhando as exigências da produção em cada momento histórico.

II- **CIÊNCIA E UNIVERSIDADE:** Do feudalismo à decomposição capitalista.

De acordo com Ribeiro (1978), embora a ciência e o conhecimento do mundo natural precederem à existência da Universidade, esta instituição surge formalmente no final da Idade Média, período orquestrado pelo modo de produção feudal. Em outras palavras,

É no final da Idade Média que propriamente nasce a Universidade, identificando-se logo com sua sociedade e sua cultura, tornando-se efetivamente o órgão de elaboração do pensamento medieval. A Igreja Católica desse tempo é a responsável pela unificação do ensino superior em um só órgão, a "universidade". Isto ocorre como resultante de todo um esforço da Igreja no sentido de fundamentar a sua ação política e religiosa, enquanto preparava seus quadros, o clero especificamente (BAPTISTA; BARRETO; COSMA; LUCKESI, 1997, p. 30).

A dominação e exploração dos servos camponeses pelos senhores feudais tinham a Igreja Católica como principal instrumento de sustentação. Engels (2011, p. 33) destaca o papel preponderante de tal instituição na dinâmica da luta de classes em tal período:

O grande centro internacional do feudalismo era a Igreja Católica Romana. Ela reunia todo o Ocidente europeu em um grande sistema político. [...] Coroava as instituições feudais com a auréola da consagração divina. Tinha modelado sua própria hierarquia sobre a da feudalidade e tinha acabado de se tornar o mais poderoso dos "senhores feudais", proprietário de um bom terço, pelo menos, das terras do mundo católico.

Dessa maneira, observa-se que a Universidade nasce condicionada pelo feudalismo e pela conseqüente hierarquização das classes sociais, características das relações feudais de produção. Por conseguinte, como não poderia ser de outra forma, tal instituição surge também submetida às determinações católicas, cujo principal objetivo era preservar a ordem social existente.

Grande parte do trabalho intelectual desenvolvido nesses tempos gravitava em torno da fé, religião e estudos filosóficos (BAPTISTA; BARRETO; COSMA; LUCKESI, 1997). Deste modo, a nascente Universidade não priorizava a produção do conhecimento e o conseqüente desenvolvimento científico direcionado à produção; atuava quase que



estritamente no âmbito da dominação de classes com vistas à preservação de um modo de produção que já se constituía enquanto principal entrave à evolução das forças produtivas. É somente com a emergência do modo de produção capitalista que a ciência e a própria Universidade assumiram um papel decisivo no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (NETO, 2014).

Torna-se necessário destacar, neste sentido, que a institucionalização do ensino superior se dá no momento em que o feudalismo alcança o ápice de seu desenvolvimento histórico e entra em sua fase de declínio. Isto é, momento em que as contradições entre as forças produtivas em expansão e um sistema de produção fundado na agricultura de subsistência e no trabalho servil passam a se constituir como bloqueio ao desenvolvimento das próprias forças produtivas.

No processo de aprofundamento das contradições do sistema feudal, gestava-se o novo modo de produção capitalista que, naquele momento histórico, se configuraria enquanto instrumento de libertação das forças produtivas em expansão bloqueadas pelas relações feudais na produção. A crescente burguesia – cujos interesses econômicos encontravam-se impossibilitados pelo conservadorismo presente na relação servil do feudalismo – constituiu-se como classe revolucionária empenhada em superar o feudalismo e implantar e consolidar o sistema de produção capitalista (ENGELS, 2011).

Uma transformação revolucionária perpassa por todas as instâncias da superestrutura que compõe a sociedade; tais instâncias, no feudalismo em desintegração, refletiam as contradições que permeavam o modo de produção e a conseqüente luta de classes daquele período. Assim, a ciência e a própria Universidade, em meio ao processo revolucionário que levaria à superação da ordem feudal, se constituíram, simultaneamente, enquanto instâncias a serem transformadas pela revolução burguesa e instrumentos de legitimação dessa própria revolução. Em outras palavras,

Paralelamente ao crescimento da burguesia, produzia-se o grande despertar da ciência, eram cultivadas a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia e a fisiologia. A burguesia tinha necessidade, para o desenvolvimento de sua produção, de uma ciência que observasse as propriedades físicas dos objetos naturais e os modos de ação das forças da natureza (ENGELS, 2011, p. 33).

Ou seja, a ciência e toda a sua abrangência materializada nas instituições da superestrutura – que até então eram mero instrumento da Igreja Católica, não ultrapassando os limites impostos pela fé – torna-se um elemento revolucionário à medida que passa a incorporar o caráter burguês e imbricar-se às exigências das forças produtivas em expansão.

Dessa maneira, a burguesia, nada podendo sem a ciência, compreendeu que a luta revolucionária contra a ordem feudal necessariamente percorreria também pelo



combate à religião estabelecida. O objetivo principal era libertar a ciência e suas instituições das amarras da Igreja Católica, isto é, retirá-la das mãos das classes conservadoras da ordem vigente e colocá-la a serviço da legitimação do nascente modo de produção capitalista³.

No entanto, a luta da burguesia por sua emancipação – condicionada à implementação do modo de produção capitalista – teve seu ápice somente com a deflagração da Revolução Francesa de 1789. De acordo com Engels (2011), tal fenômeno repeliu a proteção religiosa que permeava as relações feudais e travou a batalha no terreno político, representando uma profunda ruptura com a ordem feudal, estabelecendo o terreno para o desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo.

Com o nascimento e desenvolvimento do novo modo de produção capitalista e com a gradativa consolidação da burguesia como classe dominante, transforma-se o caráter do antagonismo de classes na sociedade. Em sua essência, a relação capitalista implica, fundamentalmente, a separação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção. “Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (MARX, 2013, p. 786). Nessa perspectiva,

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontra trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado. [...] A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classes. Ela apenas colocou novas classes, novas formas de opressão e exploração, e novas formas de luta no lugar das antigas (ENGELS; MARX, 2008, p. 19).

Nesse sentido, no capitalismo, a burguesia – e suas frações que se formaram ao longo da história – detém a propriedade privada dos meios de produção e o trabalhador “livre” conta apenas com sua força de trabalho. Na medida em que este modo de produção conserva e aprofunda essa separação, conseqüentemente aprofunda-se também o antagonismo existente entre as classes. “O proletariado percorre diversas etapas em seu desenvolvimento, sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência” (ENGELS; MARX, 2008, p. 21). Aí se encontra a raiz da luta de classes na sociedade capitalista.

³ Neste aspecto, cabe citar a importância da reforma protestante de Lutero, primeiramente e, em seguida, a reforma Calvinista, que expressaram o combate burguês contra o poder político desempenhado pela Igreja Católica no feudalismo. De acordo com Engels (2011), a burguesia encontrou no calvinismo uma doutrina talhada à sua imagem. Isto porque, tal doutrina se constituiu enquanto a expressão religiosa do mundo comercial da concorrência e, em consequência, do ideário de que os “reinos deste mundo” não poderiam ficar sob o domínio dos monarcas, bispos e senhores.



Determinada por este novo modo de produção, a sociedade em sua totalidade passa a incorporar as características próprias do capitalismo. Ao examinarem o Estado com a constituição do modo de produção capitalista, Engels e Marx (2008) chegaram à conclusão de que, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a classe burguesa conquistou o domínio político exclusivo com o Estado representativo moderno. Por conseguinte, ao constituir o seu Estado – compreendido aqui enquanto principal instrumento de dominação e exploração de classes⁴ –, a burguesia impõe a sua sociabilidade para todas as instâncias que compõem a superestrutura da sociedade. Neste sentido, no que diz respeito à Universidade no processo de ascensão capitalista,

Será a nascente industrialização responsável pelo “golpe” à universidade medieval e pela entronização da universidade napoleônica – na França – caracterizada pela progressiva perda do sentido unitário da alta cultura e a crescente aquisição do caráter profissional, profissionalizante, na linha do espírito positivista, pragmático e utilitarista do Iluminismo. (BAPTISTA; BARRETO; COSMA; LUCKESI, 1997, p. 32).

Verifica-se sob o capitalismo, a Universidade moderna, diferente daquela que surgiu na Idade Média, imbrica-se efetivamente à dinâmica da produção. Ou seja, para além da dominação de classes materializada na disseminação ideológica, tal instituição passa a empenhar-se diretamente em garantir o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, conforme destaca Ribeiro (1978, p. 52),

A nova universidade implantou-se em contraposição à antiga; as inclinações nominalmente humanistas daquela foram substituídas por um novo humanismo fundado na ciência e comprometido com a problemática nacional, com a defesa dos direitos humanos, empenhado em absorver e difundir o novo saber científico e tecnológico em que se baseava a revolução industrial.

Deste modo, a indústria precisava de um trabalhador diferente daquele destinado ao trabalho servil e escravo das sociedades anteriores. Essa nova forma de organização do trabalho fundada na exploração assalariada, criou o terreno para que, pela primeira vez na história, todos os estágios educacionais estivessem fundamentados no processo de desenvolvimento da produção.

Verifica-se, assim, que no período histórico de ascensão do capitalismo, a burguesia e seu Estado tiveram a necessidade de liquidar a estrutura arcaica e clerical das

⁴ De acordo com Engels (2014), o Estado é fruto do antagonismo de classes. Tal instituição surge para atenuar o conflito de classes dentro da ordem social estabelecida de acordo com o modo de produção. “Como o Estado nasceu da necessidade de conter os antagonismos das classes, e como, ao mesmo tempo nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2014, p. 211).



instâncias educacionais anteriores e democratizar – evidentemente, dentro dos limites impostos pelos interesses do capital – o acesso a tais instâncias. Não por acaso, destaca Neto (2014), que a ênfase na educação formal para as classes dominadas e a consequente implementação da educação pública e gratuita, surge apenas após a Revolução Francesa. Não obstante,

O trabalho assalariado supunha não apenas a presença do trabalhador “livre” para adequar-se ao novo mundo do trabalho; requeria também uma subjetividade plenamente subordinada à lógica do capital. O próprio desenvolvimento da indústria exigiu do capital uma determinada formação de sua força de trabalho para respeitar seu maquinário e não destruí-lo facilmente (NETO, 2014, p. 30).

Nesse sentido, a ciência e a própria Universidade, ao descolar-se das determinações religiosas feudais e imbricar-se ao processo de expansão das forças conduzido pela burguesia, atingiram patamares elevados de desenvolvimento, atuando, inclusive, como elemento impulsionador dessa expansão. Conforme destacou Marx (2008, p. 17),

A burguesia desenvolveu forças produtivas mais maciças e colossais que todas as gerações anteriores. Dominação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação à vapor, estradas de ferro, telégrafo elétrico, desbravamento de regiões inteiras; que séculos anteriores poderiam imaginar quanta força produtiva se escondia no seio do trabalho social?

É importante destacar que mesmo entre os países precursores do modo de produção capitalista, a implementação da Universidade moderna não se deu de forma linear e padronizada. Isto porque, o próprio nascimento e desenvolvimento do capitalismo na Europa ocidental ocorreram sob as particularidades de cada país – expressão da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”⁵ – Assim, de acordo com Ribeiro (1978, p. 45),

Todas as grandes estruturas universitárias modernas podem ser definidas como produtos da vida de seus povos, só inteligíveis como resultantes de sequências históricas especiais. Elas são, na verdade, subprodutos reflexos de um desenvolvimento social global, não ocorrido a partir da universidade e para o qual ela só concorreu subsidiariamente. Pelo contrário, este desenvolvimento, uma vez verificado, atuou sobre as universidades, dando-lhes recursos e exigindo delas novos serviços.

Nesse sentido, em cada país, a Universidade burguesa edificou-se de acordo com as especificidades capitalistas nacionais, condicionada, evidentemente, ao

⁵ A “lei do desenvolvimento desigual e combinado” compreende a ocorrência concomitante de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento capitalista dos países, expressando o entrelaçamento entre variados graus de evolução que conformam o capitalismo mundial. A “lei do desenvolvimento desigual e combinado” é a base da “Teoria da Revolução Permanente”, formulada por Marx em 1851 e reelaborada por Trotsky em 1929 (TROTSKY, 1985).



desenvolvimento global das forças produtivas moldadas pelo capital. Entretanto, a essência da nascente Universidade burguesa foi a mesma em todos os países avançados, isto é, uma instituição comprometida com a consolidação do capitalismo e com o desenvolvimento deste modo de produção na ordem mundial.

No entanto, a relação de produção capitalista – fundamentada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho assalariado –, após o seu período de ascensão, logo passou a se constituir num obstáculo ao pleno desenvolvimento das forças produtivas⁶, expressando, gradativamente, as contradições estruturais da sociedade burguesa. Marx e Engels (2008, p. 19) já em 1847 identificaram o fato de que,

Há décadas a história da indústria e do comércio se restringe à revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu domínio. [...] As relações burguesas se tornaram estreitas de mais para conter toda riqueza por elas produzida. [...] As forças produtivas que dispõe, não servem mais para promover as relações burguesas de propriedade; ao contrário, elas se tornaram poderosas demais para tais relações, sendo obstruídas por elas.

Nessa perspectiva, o próprio desenvolvimento do capitalismo passou a refletir o aprofundamento das contradições que permeiam a sua existência. Tais contradições, tão logo que a produção capitalista se consolidou, vêm expressando-se ao longo da história nas periódicas crises de superprodução e na própria agudização da crise estrutural deste sistema.

As referidas crises periódicas foram – e são – combatidas pelo capital através da destruição forçada de grande quantidade de forças produtivas, de um lado e, de outro, por meio da conquista de novos mercados e da intensificação da exploração do trabalho em âmbito mundial⁷. Assim, as respostas e soluções burguesas para tais crises, visam apenas preservar os meios de produção delineados pela propriedade privada e concentrar ainda mais a riqueza produzida socialmente. Por conseguinte, Marx e Engels (2008) salientam que as saídas apresentadas pelo capital para as suas próprias crises, somente acirram a luta de

⁶ De acordo com Marx (2008, p. 47), “em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves”.

⁷ Este aspecto se torna nítido com a entrada do capitalismo em sua etapa imperialista – fase última de seu desenvolvimento histórico –. De acordo com Lenin (1991), diferente da fase concorrencial, no imperialismo o capital passou a constituir como base de sua economia a forma monopolista de propriedade dos meios de produção e de comércio. O choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas com a forma monopolista, impõe ao capitalismo mundial o curso de sua estagnação, de suas crises e de sua desintegração, cuja constante destruição das forças produtivas é a principal expressão.



classes e aprofundam a crise estrutural deste sistema de produção que está fadado à decomposição.

Conseqüentemente, a Universidade burguesa, que outrora atuou enquanto instrumento revolucionário contra o sistema feudal e impulsionador das forças produtivas, é reconfigurada pela dinâmica capitalista. Em outras palavras, tal instituição, assim como a própria ciência, adquire um caráter conservador e reacionário ao passar a desempenhar funções com vista à manutenção e preservação do capitalismo em desintegração.

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de ascensão do modo de produção capitalista, em que a burguesia ainda se constituía como classe revolucionária, a ciência e a Universidade atingiram patamares elevados de desenvolvimento, impulsionando um avanço monumental no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas em expansão. Entretanto, este fenômeno perdurou somente até o momento em que o nascente capitalismo proporcionou um avanço na evolução das forças produtivas em expansão.

A lei econômica de constante concentração da produção e de capital, que rege as relações capitalistas contemporâneas mundiais, impede que as forças produtivas se desenvolvam livremente. Isto porque, a força de trabalho e os meios de produção entraram em total contradição com as relações de produção assentadas na propriedade privada burguesa, que com a entrada do capitalismo em seu estágio imperialista, se elevou à condição de monopólios, constituindo-se definitivamente como entrave à evolução da produção social.

A necessidade de crescimento econômico e a tendência à desintegração convivem contraditoriamente na dinâmica capitalista, fato que provoca o gradual aprofundamento da crise deste modo de produção e a conseqüente destruição de grande parte das forças produtivas.

A Universidade, por sua vez, não só se constitui neste processo como instrumento de preservação deste modo de produção incompatível com a expansão das forças produtivas, mas, juntamente com estas, encontra-se em profunda estagnação e definhamento. Não obstante, como tal instituição é a expressão do antagonismo de classes de que é fruto – ainda que com características próprias das particularidades capitalistas de cada região do mundo –, ela participa de forma simultânea e, contraditoriamente, como serviçal e vítima do processo de destruição das forças produtivas, cuja expressão se dá no aprofundamento da exploração do trabalho, no desemprego, na constante pauperização das massas oprimidas e nas condições de existência da própria Universidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Naidison; BARRETO, Elói; COSMA, José; LUCKESI, Cipriano. **Fazer Universidade: Uma proposta metodológica**. 9 Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

ENGELS, Friedrich. A formação do Estado entre os germanos. In: _____. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014, p. 177-220.

_____. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2. Ed. São Paulo: Edipro, 2011.

_____; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. 6. Ed. São Paulo: Global, 1991.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. **O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I, o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 785-833.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETO. Artur dos Santos. **Universidade, Ciência e Violência de Classe**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

RIBEIRO, Darcy. Modelos Clássicos de Universidade. In: RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 45-83.

TRAGTENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. In: _____. **Ponto-e-Vírgula**, São Paulo, n. 5, p. 1-8, jan./jun. 2009.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Kairós Livraria, 1985.